

Portugal precisa de um parque eólico por semana

METAS DIFÍCEIS DE CUMPRIR

Sampaio escolhe energias renováveis como um dos temas da visita que hoje inicia às serras de Aire e Candeeiros

RICARDO GARCIA

Portugal precisa de construir um novo parque eólico com cinco aerogeradores em cada semana, nos próximos sete anos, para poder cumprir as metas europeias para as energias renováveis. Na prática, todos os dias úteis, até 2010, o país tem de pôr de pé um novo aerogerador – a ventoinha gigante para a produção de electricidade que cada vez mais pontua a paisagem nas zonas montanhosas.

De acordo com uma directiva comunitária, em 2010, 39 por cento de toda a electricidade consumida no país tem de provir de fontes renováveis. Com as perspectivas de crescimento no consumo e as limitações para a construção de novas barragens, os parques eólicos são a única alternativa. Nas contas do Governo, a potência instalada em parques eólicos tem de ser multiplicada por cinco, em relação ao que já existe ou está adjudicado.

“É impossível”, avalia António Sá da Costa, presidente da APREN – Associação Portuguesa de Produtores Independentes de Energia Eléctrica de Fontes Renováveis. Sá da Costa diz que há promotores interessados e há zonas com vento suficiente para tantos parques eólicos. Mas há também estrangulamentos que tornam esta meta inatingível.

Os parques eólicos são a face mais visível das energias renováveis – que serão um dos temas abordados, hoje e amanhã, pelo Presidente Jorge Sampaio, no ciclo de presidências abertas relacionadas com o ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Sampaio visitará o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, onde nascerão, nos próximos anos, alguns parques eólicos. Um deles terá 26 aerogeradores, cada um dos quais com uma altura equivalente a um edifício de 35 a 40 andares.

Este é um dos 27 projectos de energia eólica que estavam em construção ou adjudicados até Dezembro de 2003. Juntos, representam 460 megawatts de potência – cerca de uma vez e meia a capacidade já instalada no país (300 megawatts), segundo dados do Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial (Inegi).

Demora na aprovação de projectos

Na evolução da energia eólica em Portugal, este é um salto considerável. Mas ainda falta muito para que o país chegue aos 3750 megawatts de potência em energia eólica, que o Governo estabeleceu como objectivo até 2010.

O presidente da APREN antevê diferentes obstáculos no caminho. Poderão faltar postes para



Os parques eólicos vão continuar a surgir um pouco por todo o país

as linhas eléctricas, poderá haver problemas com os direitos de passagem sobre terrenos privados e poderá faltar financiamento para os quatro mil milhões de euros de investimento previsto.

Uma das principais “pedras no sapato” no avanço das renováveis no país é o tempo que um projecto demora para ser aprovado. Um parque eólico, diz Sá da Bandeira, leva cinco a seis anos. Uma mini-hídrica, 10 a 12. “Só um louco é que vai estar à espera por tanto tempo”, diz o presidente da APREN.

A culpa deste atraso é atirada para o lado das autoridades ambientais – que legalmente devem analisar, com mais detalhe, todos os projectos que se situem em zonas de interesse para a conservação da natureza.

Para cortar nos prazos de

apreciação, os ministros da Economia e das Cidades publicaram há dias um despacho, no qual todos os projectos aprovados em sede de avaliação de impacto ambiental passam a ter, automaticamente, parecer favorável das entidades da tutela do Ambiente que deveriam pronunciar-se

CAPACIDADE INSTALADA EM PARQUES EÓLICOS EM PORTUGAL



Foto: Inegi

autonomamente. O despacho está, no entanto, a ser contestado judicialmente pela Liga para a Protecção da Natureza, que o considera ilegal.

Com ou sem brigas com o ambiente, os parques eólicos vão continuar a surgir um pouco por todo o país, mas não serão a solução para todos os problemas. Os cenários das necessidades energéticas de Portugal levam em conta que o consumo de electricidade vai crescer três por cento anualmente. Mas nos últimos anos a média tem sido superior a cinco por cento. Por isso, mesmo o recurso às renováveis não conseguirá pôr o país no eixo dos seus compromissos com Bruxelas. E, segundo diz o próprio presidente da APREN, é preciso também fazer para reduzir o consumo. ■